

LIBERDADE E ESCLARECIMENTO: DA ESPERANÇA KANTIANA À APORIA SEGUNDO HORKHEIMER E ADORNO

FREEDOM AND ENLIGHTENMENT: OF THE KANTIAN HOPE TO THE APORIA
ACCORDING TO HORKHEIMER AND ADORNO

Anderson Alves Esteves*

RESUMO: Análise de dois momentos do capitalismo (liberal e monopolista) e da forma como o Esclarecimento foi pensado por autores dos dois momentos como potência ou impotência de emancipação, a saber, Kant, no período liberal, e Horkheimer e Adorno, no período monopolista.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Kant. Esclarecimento. Emancipação. Teoria crítica.

ABSTRACT: Analysis of the two periods of the capitalism (liberal and monopolist) and of the way how the Enlightenment had been thought by authors of the two periods as power or powerless of the emancipation: Kant, in the liberal period, and Horkheimer and Adorno, in the monopolist period.

KEYWORDS: Capitalism. Kant. Enlightenment. Emancipation. Critical theory

Pretendeu-se, com este artigo, mostrar dois momentos e duas concepções bem distintas acerca do Esclarecimento (ou Iluminismo), tomando como base dois documentos referenciais: *Resposta à pergunta o que é o esclarecimento?*, de Kant, e *O conceito de esclarecimento*¹, de Horkheimer e Adorno. O primeiro momento é o liberal, marcado pela ascensão econômica e política da burguesia e que ofereceu a Immanuel Kant, a despeito do atraso alemão (e, por isso, a necessidade de algo para alcançar maior desenvolvimento), um quadro que o fez deslumbrar uma esperança de liberdade na medida em que uma racionalidade específica colocaria um movimento esclarecedor que retiraria os homens da

* Mestrando em Filosofia – PUCSP/Capes. Contato: andersonalvesesteves@uol.com.br

¹ Embora importantíssimos, os excursos da *Dialética do esclarecimento*, tal como os textos nela sobre indústria cultural e anti-semitismo, não foram analisados neste artigo.

situação de minoridade em que se encontravam, fazendo progredir a moral mediante um uso público da razão que buscava leis soberanas, racionais e justas à comunidade.

O segundo momento é o monopolista, caracterizado por Friedrich Pollock como capitalismo de estado, cuja peculiaridade é o controle e administração da produção e da distribuição em escala máxima de eficiência, embotando a livre iniciativa que existia na fase liberal do capitalismo e substituindo-a por um planejamento. Dentro desta fase do capitalismo, Horkheimer e Adorno lançam mão do conceito de razão instrumental como chave de entendimento deste e de momentos anteriores da história do Ocidente (e o próprio Esclarecimento), empreendem uma análise da linguagem e do mimetismo e, ainda, da individualidade – tal situação foi diagnosticada por eles como uma aporia em relação à liberdade, como uma regressão do Esclarecimento ao mito.

Esclarecimento segundo Kant: o momento liberal do capitalismo e a esperança na libertação e no progresso moral dos cidadãos

Para Herbert Marcuse, a Revolução Francesa foi o que motivou Kant, Fichte, Schelling e Hegel a pensarem a reorganização do estado e da sociedade racionalmente, empreendendo um ajuste entre as instituições sociais e políticas com a liberdade e os interesses do “sujeito autônomo”². O idealismo alemão foi justamente a expressão filosófica da Revolução que teve o mérito de substituir o absolutismo feudal pelo novo sistema econômico e político da nova classe média: o trabalho, o lazer, a situação do homem no mundo dependem, desde então, deste sujeito livre e racional. Nas palavras de Marcuse, a Revolução de 1789, “ao emancipar o indivíduo como senhor autoconfiante de sua vida, completara o que a Reforma Alemã havia começado”³. A organização social do novo mundo deveria ser orientada, agora, pela racionalidade deste sujeito autônomo.

Segundo Marcuse, o suporte dos ideais revolucionários estava marcado pelos “processos do capitalismo industrial”⁴: parecia que a expansão industrial daria conta das

² MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º edição, 1978, p. 17.

³ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º edição, 1978, p. 17.

⁴ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º edição, 1978, p. 18.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

necessidades humanas. Ao mesmo tempo que, por exemplo, Hegel escrevia seu sistema na Alemanha, Saint-Simon, na França, pensava a indústria como a potência que conduziria o homem à sociedade livre e racional. Na Alemanha, no entanto, o desenvolvimento econômico foi atrasado em relação aos casos da França e da Inglaterra: sua classe média era fraca e dispersa, suas poucas indústrias estavam ilhadas dentro de uma ordem ainda feudal e, concernente ao indivíduo, coube a este perceber a miséria da realidade diante das “potencialidades humanas que a nova época liberara”⁵. Isto é, a Alemanha produziu um idealismo cuja empresa foi *pensar* na ideia de liberdade, fazendo no plano filosófico o que franceses e ingleses empreenderam nos planos econômico e político.

Marcuse argumenta que, desde Descartes, a Filosofia assumiu um significado prático de guiar racionalmente a ação diante da natureza, isto é, desde Descartes há um compasso entre a Filosofia e o progresso das técnicas modernas. Dominar racionalmente a natureza e a sociedade pressupõe o conhecimento da verdade de um modo universal; assim, a Filosofia age sobre a aparência das coisas e sobre a percepção individual. Nota-se a reação filosófica, portanto, à vida social que opõe indivíduo e sociedade e que teve como diagnóstico a hipostasia do universal sobre o individual. Ou, tomando a questão por outro lado, nota-se que o sujeito autônomo, individual, precisa, mediante a razão, formar conceitos gerais que possam constituírem-se como padrões universais. Os ideais unificadores, *universais*, da sociedade teriam de ser construídos por *indivíduos*. Como isso seria possível? Kant se ocupou deste problema e, para os fins deste artigo, ao verificar como ele empreendeu conceitos universais para resolvê-lo, verifica-se, também, a característica do idealismo alemão como expressão filosófica do capitalismo no seu período liberal.

Para Kant, a resposta a esta questão (possibilidade de indivíduos formularem conceitos universais) passa pela independência e pela liberdade da razão em relação aos dados sensíveis em uma estrutura do espírito denominada por consciência transcendental: os dados sensíveis são produtos da razão na medida em que são organizados por formas universais (espaço, tempo, categorias do entendimento) *apriorísticas* – embora não se origine da experiência, as formas universais são a origem da experiência *organizada*, o que significa que

⁵ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º edição, 1978, p. 18.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

o mundo dos objetos é produzido pelo sujeito⁶. Este, por um lado, reconhece-se como um Eu pensante contínuo, presente e ativo diante da sucessão das experiências; por outro, o que o Eu pode conhecer⁷ são “as impressões no contexto de formas *a priori* do espírito, não podemos conhecer como ou o que são as coisas-em-si que originam as impressões”⁸.

⁶ No método transcendental, ligamos as representações (relacionadas ao sujeito e ao objeto) que temos com outras representações, sintetizando-as. Uma representação referida ao objeto do ponto de vista de sua conformidade ou acordo é uma *faculdade de conhecer*. Estas representações podem ser *a posteriori*: ao se dizer que uma reta é branca, diz-se na dependência da experiência e atribui-se ao sujeito “reta” um predicado “branca”, estranhos um ao outro e independentes, mas agora ligados. As representações podem ser *a priori*: ao se dizer que tudo que muda tem uma causa, diz-se que há uma ligação necessária e universal entre os termos, uma independência da experiência. Se a síntese for empírica, a faculdade de conhecer aparece sob a sua forma inferior: a lei é encontrada na experiência e não em si mesma. Se for *a priori*, é superior: atribui ao objeto uma síntese que não estava contida na representação – o objeto se submete, então, a nossa faculdade de conhecer, isto é, ficou determinado o interesse da razão a partir de um método transcendental. Estes objetos que se submetem são os *fenômenos* (tal e qual aparecem para nós): a síntese *a priori* é independente da experiência, mas se aplica aos fenômenos dela. Deleuze chama a atenção para os dois sentidos do termo *faculdade* em Kant. Além de significar as diversas relações de uma representação em geral, o termo também designa uma fonte específica de representações. Assim, se a fonte da representação é a sensibilidade e se ela se remete a um objeto, é uma *intuição*. Se a fonte da representação é o entendimento e se ela se remete aos objetos da experiência mediante outras representações, é um *conceito*. Se a fonte da representação é a razão e supera a possibilidade da experiência, é uma *ideia*. A representação é aquilo que se apresenta novamente, como se *re-apresenta*; isto é, é o conhecimento, a síntese daquilo que é apresentado (fenômeno). A atividade da síntese é a *imaginação*, a unidade dela é o *entendimento*, a totalidade é a *razão*.

Articulando os dois sentidos do termo faculdade, a faculdade como uma representação em geral, superior, autônoma, legisla sobre os objetos a ela submetidos. Esta tarefa é auxiliada, no entanto, por outra faculdade que garante o sucesso da tarefa legisladora: por si só, a razão não tem garantia de que consiga realizar o seu próprio interesse. Dois exemplos clássicos que emergem da produção kantiana são os seguintes: na relação da *Crítica da Razão Pura* com os fenômenos, é o entendimento que legisla na faculdade de conhecer ou no interesse especulativo da razão; já na faculdade de desejar, quem legisla é a razão. Isto é, como resume Deleuze, “uma certa faculdade no primeiro sentido da palavra (faculdade de conhecer, faculdade de desejar, sentimento de prazer ou de dor) deve corresponder uma certa relação entre faculdades no segundo sentido da palavra (imaginação, entendimento, razão). É por tal motivo que a doutrina das faculdades forma um verdadeiro entrelaçamento, constitutivo do método transcendental”. DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Tradução de Germiniano Franco, Lisboa: edições 70, 1963, p. 18.

⁷ Deleuze lembra que um tema clássico do kantismo é a legitimidade do uso das faculdades. Somente os fenômenos são submetidos à faculdade de conhecer, as coisas-em-si ficam fora do interesse especulativo natural. Fenômenos submetem-se à faculdade de conhecer pela síntese da imaginação, ao entendimento e ao conceito. Como vimos, o entendimento é o legislador na faculdade de conhecer (sob o ponto de vista da forma) por conta da razão não se aplicar aos fenômenos, ela forma ideias que superam a possibilidade da experiência. Sobre as coisas-em-si, tanto o entendimento como a razão não nos oferecem nada, embora sejam atormentados para conhecê-los: há ilusões internas e usos ilegítimos das faculdades quando elas operam neste sentido e negligenciam seus limites – o uso transcendental do entendimento é esta ilusão de um domínio fora da experiência. Deleuze afirma que é assim que se entende o título da *Crítica da Razão Pura*: as ilusões da razão nos arrasta a falsos problemas como a alma, o mundo e Deus. De um lado, o interesse da razão ocupa-se dos fenômenos; de outro, a razão não nos coíbe de sonhar com o conhecimento das coisas-em-si – o principal uso ilegítimo é a pretensão do entendimento conhecer algo em geral independentemente da sensibilidade, ou a razão pretender por si mesma conhecer algo de determinado. Este seria o *estado de natureza* da razão e, para fazê-la sair das ilusões e transportá-la para o *estado civil*, Kant promoveu uma renúncia da razão do ponto de vista especulativo. E tal é a tormenta para o entendimento e a razão conhecerem as coisas em si que, sob o estado civil da razão, esta pretensão continua. Daí a saída kantiana: “(...) É que a razão experimenta um interesse propriamente legítimo e natural pelas coisas em si, mas um interesse que não é especulativo. Como os interesses da razão não permanecem indiferentes uns aos outros, antes formam um sistema hierarquizado, é inevitável que

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Concernente aos ideais unificadores e universais que são necessários, conforme exposto acima, Kant precisa pensar leis *a priori*, que são jurídicas e que regulam a associação humana (política e *a posteriori*). Para dar conta da associação, um movimento é, então, proposto por ele: o Esclarecimento (*Aufklärung*). Em *Resposta à pergunta o que é o esclarecimento?*, Kant argumenta que trata-se de sair da situação de menoridade da qual os próprios homens são culpados ao não guiarem seus espíritos com autonomia e, assim, precisarem da orientação de outrem, eles são covardes e preguiçosos e, por isso, permitem que tutores guiem suas vidas, os supervisionem e os comandem, condicionando-os e retirando-lhes a iniciativa. O Esclarecimento tem por missão ensinar aos homens guiarem-se (racionalmente) por si mesmos: após alguns erros, eles aprenderiam a andar sozinhos e de uma vez por todas, bem e com autonomia, saindo da menoridade – um homem ligado ao serviço militar poderia contribuir com seus superiores, um sacerdote contribuir para o melhor andamento de sua igreja, exemplifica Kant. Isto é, o movimento do Esclarecimento empreende um uso público da razão que espalha no entorno “o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo”⁹. Aquele homem ligado ao serviço militar e aquele sacerdote, assim, no uso privado de sua razão e de sua função, funcionam como parte da engrenagem e desempenham seus papéis; porém, fora de seus serviços, podem usar publicamente a razão e, atuando como cientistas e não mais como funcionários, sem restrição alguma, falam como membros de uma associação cosmopolita e indicando reformas que se mostram necessárias no seio de sua sociedade mediante a liberdade. Isto é, o movimento proposto por Kant racionaliza e moraliza a política: ao se desenvolver, o espírito humano envereda para uma ordem justa na qual a razão, e não a coerção, exerce o poder em uma esfera pública livre cuja característica é a liberdade de pensamento sem que ela se submeta a leis exteriores à própria razão. Do contrário, não haveria liberdade, conforme Kant argumenta em *Que significa orientar-se no pensamento?*:

a sombra do mais alto interesse se projete sobre o outro. Então, até a ilusão toma um sentido positivo e bem fundado, a partir do momento em que cessa de nos enganar: exprime a sua maneira a subordinação do interesse especulativo num sistema dos fins. Jamais a razão especulativa se interessaria pelas coisas em si se estas não fossem primeira e verdadeiramente objeto de um outro interesse da razão. Devemos, portanto, perguntar: qual é esse interesse mais alto? (E é justamente porque o interesse especulativo não é o mais alto que a razão pode remeter-se para o entendimento na legislação da faculdade de conhecer.)”. DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Tradução de Germiniano Franco, Lisboa: edições 70, 1963, p. 34.

⁸ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2^o edição, 1978, p. 34.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

(...) Se a razão não se submeter à lei que ela se dá a si própria, tem de se curvar ao jogo das leis que um outro lhe dá; pois sem alguma lei nada, nem mesmo o maior absurdo, pode exercer-se por muito tempo. Por conseguinte, a consequência inevitável da *declarada* ausência de pensamento (...) é a seguinte: a liberdade de pensar em última análise fica perdida, e como a culpa não cabe a alguma infelicidade mas se deve a uma verdadeira arrogância, a liberdade, no sentido próprio da palavra, é *perdida* por leviandade¹⁰.

A liberdade de pensamento e sua exposição pública ensejariam, segundo Kant, um consenso: o diálogo e a revelação de algo que seja válido para todos levariam à constituição de leis soberanas – e não mais a dominação peculiar aos tutores – que nada mais são do que as normas para a ordem justa e que regulariam a política por estas leis racionais, justas e morais. Este processo limita as posições privadas na elaboração das leis e, assim, forma uma realidade pública, racional e moral: “(...) O direito nunca deve ser adaptado à política, mas a política que sempre deve ajustar-se ao direito”¹¹.

Pelas relações sociais imanentes a sua época, Kant encontra nos proprietários de mercadorias, e concorrentes entre si, o estrato social como o agente da política ativa na esfera pública. A vivência que eles têm no intercâmbio de mercadorias faz com que tenham um profundo interesse no bom funcionamento da esfera pública, já que a publicidade desta ordem social é garantida pela liberdade para adquirir propriedades. O cidadão é o proprietário e as leis que são constituídas nesta ordem garantem proteção a eles e a quem, ainda, não é proprietário. Habermas analisa da seguinte forma esta *articulação entre moral, política e publicidade* no pensamento de Kant:

(...) Esta ordem cosmopolita pode fazer a *res publica noumenon* aparecer como *res publica phaenomenon*; pode reunir, sobre a mesma base da experiência, duas legislações heterogêneas, sem que uma atue em detrimento da outra: a das pessoas enquanto donas de mercadorias conduzidas por interesses privados e, ao mesmo tempo, a dos seres humanos espiritualmente livres. Assim como no âmbito social, a relação do fenomênico como o noumênico se coloca para o mundo de um modo geral, de acordo com o exposto na solução da terceira antinomia da razão pura, do seguinte modo: toda ação deve ser considerada como sendo, em relação a sua causa inteligível, livre e, mesmo assim, vista de sua existência empírica, ao mesmo

⁹ KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta o que é o ‘Esclarecimento?’” In: *Textos seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes, Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1985, p. 102.

¹⁰ KANT, Immanuel. “Que significa orientar-se no pensamento?” In: *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes, Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1985, p. 94.

¹¹ KANT, Immanuel. “Sobre o suposto de mentir por amor à humanidade” In *Textos seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes, Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1985, p. 126.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Liberdade e Esclarecimento:
da esperança kantiana à aporia segundo Horkheimer e Adorno

tempo como necessária, ou seja, como parte integrante da série totalmente causal que encadeia todos os eventos do mundo sensível¹².

O movimento do Esclarecimento daria ensejo, então, a um progresso das leis a um nível moral; em outros termos, da república fenomênica se passaria à república *noumênica* regulada pela razão e não apenas pelo sensível – os que obedeceriam às leis seriam os mesmos que as fariam de acordo com a liberdade de pensamento e publicamente exposta pelos cidadãos que, pelo consenso, vão reformando sua sociedade com leis jurídicas (*a priori*) que regulam a ação política (*a posteriori*). Em Kant, assim se torna possível uma ordem *universal* constituída por *indivíduos*. Tal foi o compasso do diagnóstico kantiano com o período da livre empresa, segundo a análise de Horkheimer:

Em seu alvorecer, o liberalismo se caracterizou por uma multidão de empresários independentes, que cuidavam de sua propriedade e defendiam-na das forças sociais antagônicas. Os movimentos do mercado e a linha geral da produção estavam enraizados nas necessidades de suas empresas. Tanto os comerciantes quanto os fabricantes tinham de estar preparados para todas as eventualidades econômicas e políticas. Essa necessidade os estimulava a aprender o que podiam do passado e a formular projetos para o futuro. (...) A sociedade dos proprietários de classe média, particularmente aqueles que atuavam como intermediários no comércio e certos tipos de fabricantes, era forçada a encorajar o pensamento independente, mesmo que este estivesse em desacordo com os seus interesses particulares. A própria empresa, que, presumia-se, devia ser transmitida à geração seguinte da família, permitia às deliberações de um homem de negócios um horizonte que ultrapassava de longe a sua própria expectativa de vida. A sua individualidade era a de um provedor, orgulhoso de si mesmo e de sua espécie, convencido de que a comunidade e o estado dependiam dele e de outros como ele, todos declaradamente animados pelos incentivos do lucro material¹³.

Trata-se de um diagnóstico esperançoso em edificar racional e publicamente leis que redundariam em um progresso moral para os cidadãos – e feitas pelos próprios cidadãos na medida em que estes colocariam em prática o movimento do Esclarecimento.

¹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 128.

¹³ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite, São Paulo: Centauro, 7ª edição, 2007, pp. 144-145.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Esclarecimento segundo Horkheimer e Adorno: o momento monopolista do capitalismo e a aporia em relação à libertação

A *Dialética do esclarecimento* começa com uma referência direta de Horkheimer e Adorno a Kant e a Weber: o objetivo do esclarecimento foi “livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores”¹⁴, desencantar o mundo, dissolver os mitos e substituir sua característica de imaginação pelo saber. Trata-se de vencer a superstição e imperar sobre a natureza desencantada – dominar a natureza e empregá-la para dominar, também, outros homens. Três dos mais importantes comentadores da Teoria Crítica estão de acordo em considerar que este fenômeno é o principal alvo de Horkheimer e Adorno em *Dialética do esclarecimento*: segundo Martin Jay¹⁵, de um modo geral, os escritos da Teoria Crítica, na década de quarenta do século XX, mostraram que, ao invés de um desencantamento do mundo, a razão entrara em eclipse, como Horkheimer havia indicado no título de um de seus livros. Paul-Laurent Assoun também diagnostica o mesmo, mostrando que a aparente vocação emancipatória do Esclarecimento resultou, segundo as análises de Horkheimer e Adorno, em “barbárie”¹⁶. Wiggershaus apontou que Horkheimer e Adorno indicaram a ambiguidade do *Aufklärung* (Esclarecimento): se é verdade que a civilização ocidental tem uma concepção de evolução marcada pela racionalização, de desencantamento, é verdade, também, que ela desencanta tanto um bom quanto um mau encanto¹⁷; por um lado, *Aufklärung* redundou em catástrofe, em dominação do mítico, por outro, o mito faz parte do *Aufklärung*.

Por que a esperança kantiana de libertação pela via do Esclarecimento se converteu, em Horkheimer e Adorno, em “regressão”¹⁸?

No século XVIII, como se demonstrou acima, o momento liberal do capitalismo engendrou em Kant a esperança da libertação por conta de uma dinâmica social que redundaria em um Esclarecimento como sinônimo de liberdade. Porém, na fase monopolista do capitalismo, a dinâmica mudou consideravelmente, conforme Pollock, para quem a

¹⁴ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 19.

¹⁵ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of the Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, California: University of California Press, 1996, p. 259.

¹⁶ ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Helena Cardoso, São Paulo: Ática, 1991, p. 84.

¹⁷ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 358.

¹⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 13.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Dialética do esclarecimento foi dedicada, argumenta: a hipótese dele em *State Capitalism: its possibilities and limitations*, ensaio escrito em 1941, após estudos sobre o planejamento da economia soviética e sobre a teoria keynesiana¹⁹, é a do fim do livre comércio e da livre empresa características ao capitalismo privado que existiu até o século XIX; este foi substituído, no século XX, pelo *capitalismo de estado*, tanto nos países que adotaram a forma democrática como nos que adotaram a forma totalitária de estado – os valores liberais (liberdade de mercado e autonomia) da civilização ocidental, portanto, estavam profundamente ameaçados pelas condições atuais.

Segundo Pollock, no capitalismo de estado, o mercado foi destituído de sua função de controle e coordenação da produção e da distribuição; estas funções foram de tal maneira assumidas pela interferência governamental que a liberdade de comércio, de empresa e trabalho foi praticamente abolida. No capitalismo de estado, alguns mercados foram assumidos pelo estado e seus usos combinados com novos e velhos dispositivos, lançando mão do emprego total dos recursos disponíveis para a manutenção e potencialização da economia. Sob a forma totalitária do capitalismo de estado²⁰, o estado é o instrumento de poder de um grupo de decisão propriamente novo, que resultou da fusão de várias empresas

¹⁹ De acordo com Martin Jay, Pollock, em 1932, publicou um artigo sobre a estabilização do capitalismo após a depressão: o crescente uso da economia planificada sob a direção do governo conteve as contradições capitalistas indefinidamente – a inovação tecnológica também contribuiu para a manutenção do capitalismo no poder. Em 1941, Pollock estendeu suas observações sobre a durabilidade do sistema dentro da teoria geral do capitalismo de estado (*Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações*): a economia liberal foi superada pelo capitalismo monopolista, segundo ele. Houve uma mudança qualitativa no capitalismo, já que, agora, sua direção era governamental – tanto os regimes autoritários como as democracias ocidentais introduziram controles extensivos. A suspensão do mercado livre em favor do controle e da racionalização da economia de modo policialesco, o controle de investimentos para propósitos políticos e a restrição do consumo orientado para a produção de mercadorias provavam as análises de Pollock. Isto é, a fase nova é a da subordinação do indivíduo à necessidade de um plano geral: trata-se da integração entre empregador e empregados, do produtor e do consumidor pela mediação do mercado. Dessa forma, o prognóstico de Pollock era desolador acerca da possibilidade da revolução: todo trabalho público estava empregado no capitalismo de estado e, assim, se problematizava a ideia de pauperização do proletariado (Marx); os problemas de distribuição foram dissolvidos pela administração de preços e necessidades; a superacumulação foi resolvida pela expansão militar da economia – o resultado foi a durabilidade maior do capitalismo. JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 152 e seguintes.

²⁰ De acordo com Martin Jay, em *Is National Socialism a New Order?*, o nazismo foi apresentado por Pollock como uma variante do capitalismo de estado – características essenciais da propriedade privada foram destruídas pelos nazistas. A política de pleno emprego, de controle de preços e de relativa economia autárquica acabaram por rebaixar a posição do indivíduo como dependente do *status* da hierarquia social – a racionalidade tecnológica e o formalismo legal tornavam-se os pilares da sociedade. O Nacional-socialismo é uma Nova Ordem que marca os estudos do Instituto de Pesquisa Social sobre autoridade e família e que coloca o primado da política sobre a economia; em outros termos, não há colapso da economia a acontecer, como supunha o marxismo ortodoxo.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

em uma só e que assumiu um poder mais alto que todos os outros interesses, pessoais, industriais e negócios administrativos: trata-se do alto estrato da burocracia estatal (incluindo os militares) e os dirigentes da burocracia estatal vitoriosa - todos que não são desse grupo são objeto de dominação. E sob a forma democrática do capitalismo de estado, o estado tem os mesmos controles e funções, mas ele mesmo é controlado pelo povo. A base institucional deste último evita que a burocracia transforme sua posição administrativa em instrumento de poder e, assim, que assente suas bases para substituir o sistema democrático pelo totalitário. De qualquer forma, seja sob a forma totalitária ou sob a democrática, o capitalismo de estado é uma “ordem social diferente”²¹ do capitalismo privado.

Em oposição ao sistema de mercado, o capitalismo de estado não mais apostou em empresas livres e de porte médio, ele concentrou crescentemente a atividade econômica em empresas gigantes que dirigem o sistema com preços rígidos, com autofinanciamento e controle governamental do sistema de crédito e do mercado estrangeiro; ademais, acompanhando a política monopolista do capital, posições também monopolistas por parte dos sindicatos enrijeceram o mercado de trabalho – o estado assumiu o enorme custo de cuidar, também, do desemprego. Todos estes são sintomas do declínio do sistema de mercado e são as características de vários países industrializados após a Primeira Guerra. Os distúrbios do mecanismo de mercado causados pelo monopólio também acentuaram uma revolução técnica na agricultura contemporânea. A quebra do sistema de mercado mundial desde a Primeira Guerra também bloqueou os canais de exportação que foram instrumentos de resolver as crises durante o século XIX. Era necessária, então, uma maneira de resolver os problemas de um sistema (o de mercado) que se encontrava desgastado, tal maneira foi empreendida com uma promessa de atingir dois objetivos: garantia de emprego total e manutenção da estrutura social. Assim, o novo sistema assumiu funções antes destinadas à divisão do trabalho na época do sistema de mercado e acabou por substituí-lo. Trata-se, agora, sob o capitalismo de estado, de *coordenar/dirigir*²² os recursos necessários à produção e à distribuição. A performance do sistema de capitalismo de estado foi, dessa forma,

JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 154 e seguintes.

²¹ POLLOCK, Friedrich. “State Capitalism: its possibilities and limitations” In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1982, p. 72.

²² POLLOCK, Friedrich. “State Capitalism: its possibilities and limitations” In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1982, p. 74.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

infinitamente melhor que a do sistema de mercado: os recursos foram usados de maneira muito mais eficaz e o crescimento foi garantido, também, pela coordenação e direção dos preços, da produção e distribuição sob o contexto dos monopólios que substituíram a obsolescência do sistema de mercado.

As regras da economia, assim, deixaram de guiar-se pelo *laissez-faire* e assumiram características bem peculiares à era dos monopólios. Pollock apresenta cinco regras da ação econômica do capitalismo de estado: 1) ao invés da economia sem controle, há um plano geral de direção para produção, consumo e economia dos investimentos – tal *planejamento* permite à atividade econômica atingir, em escala nacional, uma performance próxima de esgotar todos os recursos disponíveis, uma vez que ele incorpora tudo que corresponde à produção e à distribuição. 2) Os preços são administrados e, assim, o mercado perdeu a função que tinha anteriormente; aliás, Pollock afirmou que nas décadas imediatamente anteriores a seu texto, os preços administrados contribuíram para a destruição do automatismo do mercado e não criaram novos artifícios para dar conta de suas funções necessárias – desta forma, a administração dos preços serviu para assegurar os ganhos dos monopólios, ajudou a arruinar os mercados não-monopólicos e incorporou a produção e o consumo no planejamento geral da economia. 3) O interesse nos lucros, tanto por parte dos indivíduos como por parte dos grupos, tal como todos os outros interesses, foram subordinados ao planejamento geral; assim, o interesse do grupo dominante como um todo é decisivo e passa por cima do interesse individual de alguns que formam este mesmo grupo ou outro(s). 4) Em todas as esferas da atividade estatal (e sob o capitalismo de estado significa em todas as esferas da vida social como um todo) as conjeturas e as improvisações são substituídas pelo princípio da gerência científica: além do cuidado do planejamento geral, a produção em larga escala exige também a elaboração sistemática de todos processos singulares; afinal, qualquer erro pode colocar em perigo o processo produtivo como um todo. 5) A performance do planejamento geral pelo poder estatal é tão grande que nada que seja essencial funciona segundo as leis do mercado ou pelas leis econômicas, as regras são, agora, políticas, comandadas governamentalmente; nada disso significa o fim da iniciativa privada, significa a integração dela no enquadramento de um plano geral. Na era liberal, o capitalista (tanto um indivíduo ou o grupo de acionistas representados pelo seu gerente) tinha o poder total de sua propriedade nos limites das leis do mercado em que atuava; porém, sob o capitalismo de estado, “esse poder foi transferido ao

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

governo, que ainda é limitado por certas restrições ‘naturais’, mas livre da tirania do mercado sem controle”²³. Como garantia da reprodução da vida econômica, a era propriamente econômica (sistema de mercado) foi substituída por uma era política (o capitalismo de estado) que diminuiu a autonomia do indivíduo sobre a sua ação econômica: antes, ele era um comprador ou um vendedor em um mercado livre; agora, é um comandante ou um comandado sob um contexto planejado e que torna deficitária a atividade autônoma.

Este período monopolista do capitalismo é o período vivido por Pollock, Horkheimer e Adorno. Eis três objetos de *O conceito de esclarecimento* analisados neste artigo que ajudam a compreender a passagem da esperança de libertação à aporia: a razão instrumental, a linguagem e o eu. Em conjunto, estes objetos mostram um entrelaçamento entre Esclarecimento e mito, ao contrário da esperança kantiana que residia na superação do segundo pelo primeiro.

1) Conhecimento e poder são sinônimos: não basta saber, é preciso *operar* a sabedoria. Daí a abertura de *O conceito de esclarecimento* com uma citação de Francis Bacon: o saber é uma técnica, um método, uma utilização para o trabalho, uma operação, um procedimento eficaz. No Esclarecimento, conhecimento como prazer de nada adianta, trata-se de instrumentalizá-lo para auxiliar a vida: “(...) O que os homens querem saber da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa”²⁴. Por isso, a ciência moderna abre mão do conceito e o substitui pela fórmula, se preocupa menos com a causa e concentra-se na regra, na probabilidade, no cálculo. O que se pretende é captar a “unidade”²⁵ da qual o sistema pode deduzir toda e qualquer coisa: se reduzem as figuras à posição e à ordem; a história, ao fato; as coisas, à matéria. Com o império da unidade, tudo se reduz ao número, ele é o “cânon do esclarecimento”²⁶ – o que não for redutível ao número vira, segundo o positivismo, literatura, ilusão. Destroem-se os deuses, mas as qualidades

²³ POLLOCK, Friedrich. “State Capitalism: its possibilities and limitations” In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1982, pp. 77-78.

²⁴ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 20.

²⁵ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 22.

²⁶ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 22.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

também são destruídas. A ciência se abstrai de coerções externas e desenvolve-se sem a interferência de tudo o que, para ela, nada mais é do que “metafísica”²⁷ (no segundo excurso da *Dialética do esclarecimento*, a referência ao esquematismo peculiar ao pensamento kantiano também é feita nestes termos). De outro lado, o preço pago pelo homem é a alienação em relação ao que ele mesmo exerce seu poder:

(...) O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato de dominação²⁸.

E mesmo os mitos são produtos do Esclarecimento: ao “relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar”²⁹, o mito torna-se uma doutrina³⁰, posiciona-se diante da natureza como objetividade, encara-a como substrato de dominação e classificação. Porém, Horkheimer e Adorno apontam uma diferença entre mito e ciência: o mito se conduz por uma “mimese”³¹ – o feiticeiro, para assustar ou suavizar os demônios, assemelha-se a eles e os assusta ou os suaviza. Já a ciência, com um “distanciamento progressivo em relação ao objeto”³², tornou o pensamento autônomo em relação a ele. No mito, há o princípio da substitutividade: um animal sacrificado representa um homem. Na ciência, o princípio é o da

²⁷ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 21.

²⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 24.

²⁹ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 23.

³⁰ “(...) Todo ritual inclui uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser influenciado pela magia. Esse elemento teórico do ritual tornou-se autônomo nas primeiras epopeias dos povos. Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar. O lugar dos espíritos e demônios locais foi tomado pelo céu e sua hierarquia; o lugar das práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo, pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando. As deidades olímpicas não se identificam mais diretamente aos elementos, mas passam a significá-los. Em Homero, Zeus preside o céu diurno, Apolo guia o sol, Hélios e Éos já tendem para o alegórico. Os deuses separam-se dos elementos materiais como sua suprema manifestação. De agora em diante, o ser se resolve no logos – que, com o progresso da filosofia, se reduz à mônada, mero ponto de referência – e na massa de todas as coisas e criaturas exteriores a ele. Uma única distinção, a distinção entre a própria existência e a realidade, engolfa todas as outras distinções. Destruidas as distinções, o mundo é submetido ao domínio dos homens”. HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 23.

³¹ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 25.

³² HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 25.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

“fungibilidade universal”³³: o átomo é desintegrado como uma espécime da matéria e não está substituindo a nada, uma cobaia é apenas um exemplar no laboratório – não há distinções, há uma matéria “una”³⁴. Apesar das diferenças, Horkheimer e Adorno demonstram que, ao explicar a repetição de fenômenos naturais, o mito tem no princípio da imanência a mesma subjacência que o Esclarecimento – como a realidade é esta e se repete, há tempos, basta se adaptar, basta ratificar o destino, reproduzir o passado: trata-se de uma segunda forma de mimese que, de acordo com a análise de Jeanne Marie Gagnebin³⁵, Horkheimer e Adorno pensaram a partir da produção freudiana e da produção dos etnólogos. Trata-se de identificar tudo com tudo e, ao mesmo tempo, de impossibilitar a identidade de algo consigo mesmo. Elimina-se o incomensurável, força-se os homens à conformidade com esta coerção social: há coletividade e há, nela, a negação de cada um dos indivíduos – o eu é dado a cada um para que possa, com plena segurança, tornar-se igual aos outros, negando o próprio indivíduo. Tanto no destino segundo os mitos como no abstrato segundo a ciência, o procedimento comum é a liquidação: as coisas da natureza são transformadas “em algo de reproduzível”³⁶. Se, de um lado, então, os mitos são produtos do Esclarecimento, da abstração, também é

³³ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 25.

³⁴ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 25.

³⁵ “Na *Dialética do Esclarecimento*, a história de Ulisses é a descrição desse caminho penoso que rejeita a assimilação simbiótica mimética com a natureza para forjar um sujeito que se constitui mediante o trabalho e se torna nesse processo, consciente de si na sua diferença radical, na sua separação do outro. Ulisses encarna esta *passagem* do mito ao *logos*: ele não é mais o herói mítico dotado pelos deuses de uma força física mágica: também não é ainda o indivíduo desamparado que só pode contar com a sua inteligência particular. Ulisses está no limiar, na passagem entre essas duas figuras. Com a ajuda de Atena, deusa da razão, e de Hermes, deus dos negócios, Ulisses consegue resistir às forças dissolutas e regressivas da magia, como a bela análise adorniana do episódio de Circe o ilustra: os seus companheiros ingênuos e esquecidos sucumbem à vontade imediata de beber o filtro oferecido por Circe, interpretando talvez esse gesto como a promessa de uma união sexual também imediata – isto é, sem mediações. Porque acreditam demais no outro (aqui, não por acaso, na outra!) e porque regrediram a um desejo arcaico, os companheiros de Ulisses sucumbem à força da magia e são transformados, numa *mimesis* irônica, em porcos.

“Enquanto isso, Ulisses, prevenido por Hermes, resiste a Circe, ameaça-a com sua espada e a submete, podendo só depois dessa luta domar os seus poderes e dormir com ela, bela descrição daquilo que serão, doravante, as relações entre os sexos opostos. Adorno e Horkheimer insistem com razão no preço pago pelo herói para escapar da simbiose mágica e constituir-se em sujeito autônomo. Esse preço é alto. Ele poderia ser descrito com a transformação da *mimesis* originária, prazerosa e ameaçadora ao mesmo tempo, numa *mimesis* perversa que reproduz, na insensibilidade e no enrijecimento do sujeito, a dureza do processo pelo qual teve que passar para se adaptar ao mundo real e, diríamos com Freud, deixar de ser criança para se tornar adulto. Essa segunda *mimesis* se constrói sobre o recalque da primeira: ela caracteriza o sujeito que conseguiu resistir à tentação da regressão mas que perdeu, nessa luta tão necessária quanto fatal, a plasticidade e a exuberância da vida originária, quando não perdeu a vida *tout court*”. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 2ª edição, 2005, pp. 86-87.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

verdade que, de outro, o Esclarecimento está enredado de mitologia, de destino (“a pura imanência do positivismo (...) nada mais é do que um puro tabu, por assim dizer, universal”³⁷) – ambos operam em um processo de liquidação:

(...) Todo o conteúdo, ele (o esclarecimento) o recebe dos mitos, para destruí-los, subjugar-los, ele cai na órbita do mito. Ele quer se furtar ao processo do destino e da retribuição, fazendo-o pagão, ele próprio, uma retribuição. No mito, tudo o que acontece deve expiar uma pena pelo fato de ter acontecido. E assim continua no esclarecimento: o fato torna-se nulo, mal acabou de acontecer. A doutrina da igualdade, entre a ação e a reação afirmava o poder da repetição sobre o que existe muito tempo após os homens terem renunciado à ilusão de que pela repetição poderiam se identificar com a realidade repetida e, assim, escapar a seu poder. Mas quanto mais se desvanece a ilusão mágica, tanto mais inexoravelmente a repetição, sob o título da submissão à lei, prende o homem naquele ciclo que, objetualizado sob a forma da lei natural, parecia garanti-lo como um sujeito livre. O princípio da imanência, a explicação de todo acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é o princípio do próprio mito³⁸.

Ademais, tanto no mito como no Esclarecimento, há uma distância do sujeito em relação ao objeto: na ciência, esta distância é o próprio pressuposto da abstração, possibilitando a conquista do senhor pelo mundo – a universalidade conceitual da lógica domina o real; no mito, vale lembrar que os cantos homéricos datam justamente da dominação territorial de lugares fortificados, no qual um deus supremo surgiu entre vários deuses, um rei mantém sob seu domínio os subjogados presos à terra. Vale lembrar, outrossim, que a palavra alemã *Begriff* (conceito) é conectada com o verbo *greifen* (posse); assim, *Begriffe* é um conceito que passa por uma completa posse de seu conteúdo, incluindo aspectos positivos e negativos.

Martin Jay argumentou que, por caracterizar-se como dominação, o Esclarecimento não é apenas um correlato cultural da burguesa ascendente; mais do que isso, trata-se de expandir e incluir o espectro inteiro do pensamento ocidental como dominação: a mentalidade do homem como um mestre está no *Gênesis*, no Esclarecimento e mesmo em Marx ao se reduzir o homem a um *animal laborans* e o mundo a uma indústria gigante³⁹. Paul Laurent-

³⁶ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 27.

³⁷ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 29.

³⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 26.

³⁹ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, pp. 258-259.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Asson reforça a ideia de um “acasalar”⁴⁰ da razão com barbárie: ao fazer da natureza um instrumento do homem, a razão também se instrumentalizou; com efeito, “a repressão está na razão como o verme no fruto”⁴¹ – trata-se de uma análise que também coloca a dominação em termos mais amplos na medida em que é uma crise que pertence à razão e seu uso durante a história. Rolf Wiggershauss demonstrou que a história humana fora concebida, a partir deste ponto de vista da dominação da natureza, segundo Horkheimer e Adorno, como um “espécie de ciclo conjuntural de longa duração”⁴², cuja subjacência é a aproximação entre civilização e barbárie; assim, o que havia de decisivo no avanço da humanidade não era o advento da modernidade e do capitalismo, mas “o momento em que o homem tenta dominar a natureza”⁴³. Tal consideração estava apoiada, segundo Wiggershaus, nas *Teses sobre o conceito de História*, de Benjamin, que verificaram o paralelo entre progresso e dominação⁴⁴ – “assim como os mitos realizam o *Aufklärung*, assim também o *Aufklärung*, a cada passo suplementar, afunda mais na mitologia”⁴⁵. Rodrigo Duarte, lembrando a importância do texto de Benjamin para Horkheimer e Adorno, reforça a ideia de continuidade entre a forma mítica de intervenção na natureza e a forma da racionalidade moderna: ambos submetem-se à lei da igualdade/equivalência na medida em que dominam a natureza; ambos submetem-se à repetição, seja no experimento científico, seja no destino, tudo é identificado com tudo, como foi demonstrado acima; ambos promovem uma fungibilidade universal, submetendo o indivíduo à mesma espécie⁴⁶.

Em suma, o que Horkheimer e Adorno fazem é reduzir ao absurdo duas concepções, demonstrando a “autodestruição do esclarecimento”: 1) a ideia de que o sujeito do conhecimento ao subordinar a natureza e os outros homens como objetos do seu

⁴⁰ ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Helena Cardoso, São Paulo: Ática, 1991, p. 84.

⁴¹ ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Helena Cardoso, São Paulo: Ática, 1991, p. 85.

⁴² WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 333.

⁴³ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 364.

⁴⁴ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 340.

⁴⁵ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 359.

⁴⁶ DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 42 e seguintes.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

conhecimento, consiga autonomia diante destes objetos – na verdade, *ele recai em subordinação*; 2) a ideia de que o progresso promovido pelo Esclarecimento seja uma vereda linear até a felicidade – na verdade, *ele recai em regresso*⁴⁷. Sobre a primeira ideia, nota-se que a argumentação de Horkheimer e Adorno demonstra a autonomia da razão construindo um modelo de racionalidade que deve subordinar todo o conhecimento a ele: a razão, e o progresso que sua eficácia produz, ao incorporar todos os conteúdos a um modelo formal e invariável, opera com princípios de cientificidade baseados na objetividade matemática; a este método, todos os objetos são adequados como variáveis e, pior ainda, ocorre a dissolução da própria realidade na medida em que os objetos são correspondentes ao método, distanciando-se da própria realidade. Com efeito, o objeto é apreendido pelo instrumento e não pelo sujeito, este é abandonado pela cientificidade do Esclarecimento – aquele que deveria se emancipar, dissolveu-se pelos instrumentos arquitetados pela sua própria racionalidade, aquele cuja tarefa era desencantar o mundo, *foi enfeitado pelos seus instrumentos*. Sobre a segunda ideia, Horkheimer e Adorno demonstraram que a racionalização da natureza resultou em um desencantamento: ao operar sobre os fenômenos naturais, a razão submete-os a si mesma ao desencantá-los, isto é, quanto mais progride o conhecimento, mais progride a dominação; assim, o objeto dominado, desencantado, torna-se inerte, perde força e é reduzido a objeto, a uma coisa. Com efeito, a razão ativa manipula o objeto passivo: “(...) O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode *manipulá-los*”⁴⁸. As ciências humanas, por exemplo, são obrigadas, sob o Esclarecimento, ao tratar seus objetos (os homens) como objetos, retirando dos mesmos a sua humanidade, coisificando-os – conhecer é negar o sujeito. Ao invés, então, de emancipação, Franklin Leopoldo e Silva demonstra que o resultado do Esclarecimento, segundo Horkheimer e Adorno, foi a *regressão*:

(...) O controle da natureza, que é a anulação de sua atividade, já que a racionalidade se confunde com a identidade, isto é, a estabilidade tautológica a que logicamente se deveria poder reduzir todos os fenômenos, estende-se assim ao sujeito quando este se torna tema de elucidação racional. Ora, esta representação reificada que o sujeito tem de si mesmo é que opera a regressão de uma pretensa emancipação a uma total submissão e controle, numa

⁴⁷ SILVA, Franklin Leopoldo. “Conhecimento e razão instrumental” In: *Psicologia – USP*. São Paulo: vol. 1, nº1, 1990, pp. 11-31.

⁴⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 24 (grifo nosso).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

realidade histórico-social totalmente administrada pelos parâmetros funcionais da razão instrumental⁴⁹.

2) Na linguagem, a palavra deixou de ser identitária à imagem; nos mitos, ela pretendia simbolizar aquela natureza que se repetia e, assim, o próprio significado é permanente e o seu conteúdo é essa renovação infinita. Porém, com a separação entre ciência e poesia, houve a redução da palavra, na ciência, a signo, limitada ao cálculo, diferente da natureza para tentar conhecê-la, resignada à mera cópia⁵⁰ – a história da filosofia, aliás, será a tentativa de reconciliar intuição e conceito. Com efeito, o que ocorre é a “eliminação sistemática da negação na linguagem”⁵¹, conforme Martin Jay apontou. Nos mitos, há a cooptação da permanência e a coerção social; na ciência, há conceitos universais abstraídos de figuração: categorias, lógica, encadeamento, extensão e união de conceitos são reflexos da hierarquia e da coerção na medida em que baseiam-se “nas relações correspondentes da realidade social, da divisão do trabalho”⁵², provando uma unidade entre sociedade e dominação: esta reforça e dá consistência àquela – pela divisão do trabalho, cada membro da sociedade se agrega e realiza o interesse do todo e, correspondente a este processo de subjugação do individual pelo coletivo, unificando coletividade e dominação, as formas do pensamento foram sedimentadas. Os conceitos de Platão e Aristóteles vêm da praça pública de Atenas e expressam a “igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos”⁵³, dando universalidade às relações de dominação. Segundo Martin Jay⁵⁴, esse tema aparece em trabalhos anteriores de Horkheimer: *Habilitationsschrift* e *The Origins of the Bourgeois Philosophy of History*. Aqui, de fato, Horkheimer relatou

⁴⁹ SILVA, Franklin Leopoldo. “Conhecimento e razão instrumental” In: *Psicologia – USP*. São Paulo: vol. 1, n°1, 1990, p. 21.

⁵⁰ “(...) A ciência em sua interpretação neopositivista torna-se esteticismo, sistema de signos desligados, destituídos de toda intenção transcendendo o sistema: ela se torna aquele jogo que os matemáticos há muito orgulhosamente declararam assunto deles. A arte da copiabilidade integral, porém, entregou-se até mesmo em suas técnicas à ciência positivista. De fato, ela retorna mais uma vez ao mundo, na duplicação ideológica, na reprodução dócil. A separação do signo e da imagem é inevitável. Contudo, se ela é, uma vez mais, hipostasiada numa atitude ao mesmo tempo inconsciente e autocomplacente, então cada um dos dois princípios isolados tende para destruição da verdade”. HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 31.

⁵¹ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 263.

⁵² HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 34.

⁵³ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 35.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

diretamente a visão renascentista da ciência e tecnologia para dominação política. A nova concepção do mundo natural como objeto para manipulação e controle humano, ele argumentou, correspondeu à noção similar do homem como objeto de manipulação. O expoente mais claro desta visão aos seus olhos foi Maquiavel, cujo instrumentalismo político era usado ao serviço da crescente burguesia no estado. Subjacente à política de Maquiavel, ele argumentou, estava a separação não dialética entre homem e natureza e a hipostasia da distinção.

Há, então, uma “*mimese*”⁵⁵ do Esclarecimento com a realidade e que faz dele um totalitarismo:

(...) O esclarecimento é totalitário como qualquer outro sistema. Sua inverdade não está naquilo que seus inimigos românticos sempre lhe censuraram: o método analítico, o retorno aos elementos, a decomposição pela reflexão, mas sim no fato de que para ele o processo está decidido de antemão. Quando, no procedimento matemático, o desconhecido se torna a incógnita de uma equação, ele se vê caracterizado por isso mesmo como algo de há muito conhecido, antes mesmo que se introduza qualquer valor. A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendida matematicamente. Até mesmo aquilo que não se deixa compreender, a indissolubilidade e a irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos⁵⁶.

O Esclarecimento identifica este mundo matematizado com a verdade e acredita, por isso, salvar-se do mito. Tal procedimento matemático, visto como uma instância absoluta, ainda torna o pensamento em uma coisa, instrumento, limitando-o ao factual, ratificando o mundo como medida matemática, submetendo a razão ao “imediatamente dado”⁵⁷, *mimetizando* pensamento e mundo. Com efeito, o pensamento de procedimento matemático e preso ao factual, não passa de uma tautologia cujo objeto é a *repetição* da realidade: “(...) Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com a sua reprodução”⁵⁸. Eis a regressão do Esclarecimento à mitologia (da qual nunca soube

⁵⁴ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 257.

⁵⁵ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 37 (grifo nosso).

⁵⁶ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 37.

⁵⁷ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 38.

⁵⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 39.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

escapar), já que ambos ratificam o real e o repetem: no mito, há o processo cíclico, o destino e a dominação sobre o mundo; na ciência, a fórmula e a eternidade do factual:

(...) A subsunção do factual, seja sob a pré-história lendária, mítica, seja sob o formalismo matemático, o relacionamento simbólico do presente ao evento mítico no rito ou à categoria abstrata na ciência, faz com que o novo apareça como algo predeterminado, que é assim na verdade o antigo. Quem fica privado da esperança não é a existência, mas o saber que no símbolo figurativo ou matemático se apropria da existência enquanto esquema e a perpetua como tal⁵⁹.

A reprodução da realidade ocorre dentro de cada indivíduo, o totalitarismo do Esclarecimento coisifica o espírito e mitologiza a esfera profana, enfeitiça as relações dos homens entre si – ele é mais uma variável dentro da equação e dele são esperadas reações e funções compassadas com o sistema, subserviente aos fatos, com o espírito e com a relação com os outros homens coisificados/“enfeitiçados”⁶⁰:

(...) O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas. O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total, já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens. A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas as qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos. As inúmeras agências da produção em massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais. De agora em diante, ele só se determina como coisa, como elemento estatístico, como *sucess or failure*. Seu padrão é a autoconservação, a assemelhação bem ou malsucedida à objetividade da sua função e aos modelos colocados para ela⁶¹.

Para Martin Jay⁶², esta argumentação de Horkheimer e de Adorno sobre o desastroso processo de dominação sobre a natureza e sobre a interação dos homens continua a série de pensamentos expressados no artigo de Marcuse, *O combate ao liberalismo na concepção*

⁵⁹ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 39.

⁶⁰ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 40.

⁶¹ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 40.

⁶² JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 261.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

totalitária de estado, no qual o totalitarismo fora descrito como inerente aos valores do liberalismo:

(...) A mudança do Estado liberal ao Estado total-autoritário ocorre no plano da mesma ordem social. No que concerne a essa unidade da base econômica é possível afirmar: o liberalismo ‘gera’ a partir de si próprio o Estado total-autoritário, como sendo a sua realização plena num estágio evoluído do desenvolvimento. O Estado total-autoritário fornece a organização e a teoria social que correspondem ao estágio monopolista do capitalismo⁶³.

E, para Horkheimer e Adorno, inerente também ao Esclarecimento: há uma correspondência entre a noção da natureza como átomos fungíveis e a à atomização crescente do homem moderno que culminou na equação do totalitarismo repressivo. A manipulação instrumental da natureza pelo homem levou inevitavelmente às relações de manipulação instrumental entre homens. A intransponível distância entre sujeito e objeto no mundo do Esclarecimento corresponde ao relativo status de governadores e governados nos estados autoritários modernos. A objetivação do mundo tem produzido um similar efeito nas relações humanas.

3) Para o eu, resta enquadrar-se no trabalho social da economia burguesa e, dessa forma, o Esclarecimento dá as mãos ao mito: ao mesmo tempo em que se autoaliena e se enquadra na aparelhagem técnica, ele autoconserva-se renunciando ao pensamento e ao prazer⁶⁴ (é perceptível aqui, também, uma temática nietzschiana na medida em que um procedimento genealógico da racionalidade iluminista é pensado como uma forma de poder⁶⁵). Trata-se de um ascetismo que, segundo Martin Jay⁶⁶, Horkheimer já criticara em *Egoísmo e Movimento de Emancipação* e Marcuse em *Para a crítica do hedonismo*:

⁶³ MARCUSE, Herbert. “O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado” in *Cultura e Sociedade vol. I*. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 61.

⁶⁴ “O eu que, após o extermínio metódico de todos os vestígios naturais como algo de mitológico, não queira mais ser nem corpo, nem sangue, nem alma e nem mesmo um eu natural, constituiu, sublimado num sujeito transcendental ou lógico, o ponto de referência da razão, a instância legisladora da razão. Segundo o juízo do esclarecimento, bem como o do protestantismo, quem se abandona imediatamente à vida sem relação racional com a autoconservação regride à pré-história. O instinto enquanto tal seria tão mítico quanto a superstição; servir a um Deus não postulado pelo eu, tão insano quanto o alcoolismo. O progresso reservou a mesma sorte tanto para a adoração quanto para a queda no ser natural imediato: ele amaldiçoou do mesmo modo aquele que, esquecido de si, se abandona tanto ao pensamento quanto ao prazer. O trabalho social de todo indivíduo está mediatizado pelo princípio do eu na economia burguesa; a um ele deve restituir o capital aumentando, a outro a força pra um excedente de trabalho”. HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 41.

⁶⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 2^o edição, 2005, pp. 110-111.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

(...) O homem educado para a interiorização não se deixará tão facilmente conduzir à luta contra o existente, por mais pobre e injusto que seja. (...) A interpretação moral da felicidade e sua sujeição a uma lei universal da razão deixaram subsistir, tanto o isolamento essencial da pessoa autônoma, quanto sua limitação factual⁶⁷.

Para Horkheimer e Adorno, *A Odisséia* é um documento das relações inerentes entre autorrenúncia e autopreservação no pensamento ocidental: Ulisses recusa-se a comer Lótus ou o gado de Hyperion, amarra-se para não cair sob o domínio das Sereias, seu sono com Circe ocorre apenas após a extração de um juramento dela de que ele não seria transformado em um porco – tal como os trabalhadores modernos, que reprimem a gratificação para continuar seu trabalho. A subjetividade volatiliza-se no trabalho que absorveu a razão e usa-a como o instrumento de produção de outros instrumentos. O progresso técnico eliminou a consciência ao findar, de um lado, com a plurivocidade do pensamento mítico e, de outro, com a significação em geral: a razão foi reduzida a “adminículo”⁶⁸, instrumento, órgão isento de fins, função da aparelhagem econômica. Trata-se de avaliar, apenas, a escolha entre a sobrevivência e a morte e, assim, apenas de se autoconservar. Trata-se de um “entrelaçamento de mito, dominação e trabalho”⁶⁹. Ulisses se autossacrificou para escapar das sereias (“as medidas tomadas por Ulisses quando seu navio se aproxima das Sereias pressagiam alegoricamente a dialética do esclarecimento”⁷⁰); atualmente, nos autossacrificamos no trabalho para também não sermos mutilados⁷¹. Os sentidos são dominados, o pensamento é submetido à produção e resignado com ela: o resultado é o empobrecimento tanto da experiência como do pensamento:

⁶⁶ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, pp. 263-264.

⁶⁷ MARCUSE, Herbert. “Para a crítica do hedonismo” in *Cultura e Sociedade vol. I*. Tradução de Isabel Maria Loureiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 181.

⁶⁸ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 42.

⁶⁹ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 43.

⁷⁰ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 45.

⁷¹ “Com a difusão da economia burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação”. HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 43.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

(...) A limitação do pensamento à organização e à administração, praticada pelos governantes desde o astucioso Ulisses até os ingênuos diretores-gerais, inclui também a limitação que acomete os grandes tão logo não se trate mais apenas da manipulação dos pequenos. O espírito torna-se de fato o aparelho da dominação e do autodomínio, como sempre havia suposto erroneamente a filosofia burguesa. Os ouvidos moucos, que é o que sobrou aos dóceis proletários desde os tempos míticos, não superam em nada a imobilidade do senhor. É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade. Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. Graças aos modos de trabalho racionalizados, a eliminação das qualidades e sua conversão em funções transferem-se da ciência para o mundo da experiência dos povos e tende a assemelhá-lo de novo ao mundo dos anfíbios. A regressão das massas, de que hoje se fala, nada mais é senão a incapacidade de poder ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de poder tocar o intocado com as próprias mãos: a nova forma de ofuscamento que vem substituir as formas míticas superadas. Pela mediação da sociedade total, que engloba todas as relações e emoções, os homens se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força. Os remadores que não podem se falar estão atrelados a um compasso, assim como o trabalhador moderno na fábrica, no cinema e no coletivo. São as condições concretas do trabalho na sociedade que forçam o conformismo e não as influências conscientes, as quais por acréscimo embruteceriam e afastariam da verdade os homens oprimidos. A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o fado antigo acabou por transformar no esforço de a ele escapar⁷².

Necessidade lógica, mas não definitiva: sua verdade é questionável justamente por estar presa à dominação. Todos os instrumentos (linguagem, armas, máquinas) são manipulados por todos e de forma racional, *objetiva*. Tal objetividade (da mitologia até a logística) expropria os membros da coletividade da reflexão sobre si mesmos e é por isso que a maquinaria, concomitantemente, alimenta e mutila os homens. Com o mundo transformado em indústria, o universal, a “realização social do pensamento”⁷³, os dominadores negam o pensamento e o reduzem à mera ideologia. O poder do sistema sobre os homens aumenta enquanto os mesmos homens são subtraídos do controle da natureza e, assim, a razão da sociedade racional torna-se obsoleta: um empresário aparentemente livre, por exemplo, não pode escapar de lutas e acordos em todos os momentos, não pode deixar de escolher entre o comando e a obediência, continuando preso à pré-história. Porém, pensando com a “lógica da alternativa, da

⁷² HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 47.

⁷³ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 48.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

consequência e da antinomia”⁷⁴, reconhece a natureza, reflete-a, prolonga-a e, também, reflete a si mesmo e acredita dominar a natureza tal como domina a coisa, a ferramenta. O conceito é:

(...) Enquanto ciência, um instrumento que serve para distanciar os homens da natureza, mas é também, enquanto tomada de consciência do próprio pensamento que, sob a forma de ciência, permanece preso à evolução cega da economia, um instrumento que permite medir a distância perpetuadora da injustiça⁷⁵.

Martin Jay⁷⁶ considerou este conflito entre o homem e a natureza como uma mudança importante do tradicional conceito de luta de classes, que na pedra angular da teoria marxista era o motor da história, para um largo conflito entre o homem e a natureza, cuja origem, como foi demonstrado acima, é anterior ao capitalismo e que continuara, intensificara-se e que apareceria mesmo após o fim do capitalismo: a dominação é direta e, também, não-econômica, ao contrário do que a análise do marxismo ortodoxo expunha. Wiggershaus também analisou que a relação entre o eu e a natureza resulta no enfraquecimento do eu na medida em que este se caracteriza pela renúncia, e da natureza, na medida em que esta tornou-se objeto de desencantamento (processo chamado por Habermas de “introjetar o sacrifício”⁷⁷ e, por isso, a humanidade nunca livrou-se da repetição, fazendo do Esclarecimento um desencantamento falso, aparente). Em outros termos, o Esclarecimento combate a felicidade no sentido de entrega à natureza, algo que é uma ameaça para a civilização:

(...) O mundo primeiro era a natureza pura. Mesmo os homens, na medida em que existiam, então, eram naturais, presos à natureza, dominados por pulsões que não elucidavam. Um só passo decisivo foi dado quando os homens começaram a pensar. Pensar, isto significa interromper, num ponto, o contexto imediato da natureza, construir uma barragem que isolasse daí em diante a natureza exterior da natureza interior.

A partir do momento em que os homens deixaram esse primeiro mundo, passaram a vê-lo como uma felicidade cuja força de atração era superior à da nova felicidade de individualização. A aspiração ao primeiro mundo só poderia

⁷⁴ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 49.

⁷⁵ HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 50.

⁷⁶ JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996, p. 256.

⁷⁷ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade: doze lições*. Tradução de Luis Sérgio Repa e Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 158.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

ser contrabalançada por esforços monstruosos. A fonte desses contrapesos era o pensamento. Ele tentava se firmar diante da natureza enfraquecendo, ao mesmo tempo, a natureza interior e a exterior: a natureza interior, forçando-a a moderar-se, a renunciar, pura e simplesmente, a satisfazer imediatamente seus desejos e a nunca satisfazer muitos deles, a se diminuir; a natureza exterior, desencantando-a, mais exatamente, começando logo a destruir a impressão de uma natureza que significava um aumento de felicidade assim como um aumento de pavor, a impressão que era gerada pelo abandono do primeiro mundo.

Foi assim que se detonou um processo que denunciava e atrofiava a natureza – em relação à promessa de felicidade ao poder superior da natureza. Eram denunciadas e atrofiadas: a capacidade de abandono da natureza interior e a capacidade de sedução da natureza exterior, a capacidade de se amedrontar da natureza interior e o lado assustador da natureza exterior⁷⁸.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca, São Paulo: Ática, 2º edição, 1993.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Helena Cardoso, São Paulo: Ática, 1991.
- DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Tradução de Germiniano Franco, Lisboa: edições 70, 1963.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 2º edição, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *O discurso filosófico da Modernidade: doze lições*. Tradução de Luis Sérgio Repa e Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite, São Paulo: Centauro, 7º edição, 2007.
- JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of the Social Research, 1923-1950*. Berkeley, Los Angeles, California: University of California Press, 1996.
- KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes, Petrópolis: Vozes, 2º edição, 1985.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º edição, 1978.
- _____. *Cultura e Sociedade vol. I*. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁷⁸ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006, p. 365.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Liberdade e Esclarecimento:
da esperança kantiana à aporia segundo Horkheimer e Adorno

- POLLOCK, Friedrich. "State Capitalism: its possibilities and limitations" In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1992.
- SILVA, Franklin Leopoldo. "Conhecimento e razão instrumental". In: *Psicologia – USP*. São Paulo: vol. 1, nº1, 1990, pp. 11-31.
- TORRES FILHO, Rubens. *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 30-55
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------